



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA,
GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – IGESC/UFU



Marcelo Henke de Oliveira

**O PROCESSO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DA CRIAÇÃO DO PARQUE
MUNICIPAL GAVÉA E SEUS IMPACTOS EM UBERLÂNDIA-MG: possibilidades de
inserções didático-pedagógicas na educação básica.**

Uberlândia - MG

2025



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA,
GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – IGESC/UFU**



Marcelo Henke de Oliveira

**O PROCESSO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DA CRIAÇÃO DO PARQUE
MUNICIPAL GAVÉA E SEUS IMPACTOS EM UBERLÂNDIA-MG: possibilidades de
inserções didático-pedagógicas na educação básica.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Geografia, Geociências e
Saúde Coletiva da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Profª. Drª. Glauclia Carvalho
Gomes

Uberlândia - MG

2025

MARCELO HENKE DE OLIVEIRA

**O PROCESSO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DA CRIAÇÃO DO PARQUE
MUNICIPAL GAVÉA E SEUS IMPACTOS EM UBERLÂNDIA-MG: possibilidades de
inserções didático-pedagógicas na educação básica.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva
da Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de bacharel
em geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gláucia Carvalho Gomes

Maio de 2025

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Gláucia Carvalho Gomes (IG/UFU) Orientadora

Prof^a. Dr^a. Amanda Regina Gonçalves
(IG/UFU)

Prof. Dr. Túlio Barbosa (IG/UFU)

O PROCESSO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DA CRIAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL GAVÉA E SEUS IMPACTOS EM UBERLÂNDIA-MG: possibilidades de inserções didático-pedagógicas na educação básica.

Marcelo Henke de Oliveira¹, Gláucia Carvalho Gomes Souza²

¹Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, ²Professora da Universidade Federal de Uberlândia.

Resumo: Este trabalho de conclusão de curso, no formato de artigo, analisa o processo histórico-geográfico de criação do Parque Municipal Gávea, localizado no setor sul de Uberlândia (MG). Nele, foi abordado alguns de impactos na urbanização local e suas potencialidades como recurso didático-pedagógico no ensino de Geografia na educação básica. A pesquisa partiu da constatação do desconhecimento sobre esse parque por parte da população e de estudantes, bem como da dificuldade encontrada para acessar informações sobre o referido parque, o que levou à proposta de pesquisá-lo com o intuito de construir possibilidades de utilização como uma “aula de campo”. A metodologia incluiu visitas exploratórias, levantamento documental e análise teórica. Além de contextualizar a criação do parque como medida de compensação ambiental vinculada ao processo de expansão imobiliária, no artigo se procurou discutir a distribuição desigual dos parques na cidade e as implicações socioespaciais e simbólicas do uso desses espaços. Por fim, foi apresentada uma proposta didática voltada ao ensino médio, que utiliza o parque como ponto de partida para discussões sobre urbanização, conservação ambiental, desigualdades socioespaciais, políticas públicas e outros temas ligados ao Ensino de Geografia.

Palavras-chave: Parque Municipal Gávea; Uberlândia; Urbanização; Educação geográfica; Espaço público; Compensação ambiental.

Abstract: This article analyzes the historical-geographical process behind the creation of Gávea Municipal Park, located in the southern sector of Uberlândia (MG), focusing on its impacts on urban development and its potential use as a pedagogical resource in Geography education at the basic education level. The study emerges from the observed lack of public knowledge about the park and argues that urban parks can function as "field class." The

methodology involved exploratory visits, documentary analysis, and theoretical reflection. The article contextualizes the park's creation as an environmental compensation measure linked to real estate expansion and discusses the unequal spatial distribution of parks across the city and the symbolic implications of their use. A didactic proposal is presented for high school students, using the park to foster discussions on urbanization, environmental conservation, socio-spatial inequalities, and public policy.

Keywords: Gávea Municipal Park; Uberlândia; Urbanization; Geographic education; Public space; Environmental compensation.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, tem-se por objetivo analisar o processo histórico-geográfico de criação do Parque Municipal Gávea em Uberlândia visando analisar o processo e as possibilidades de inserções didático-pedagógicas na educação básica.

A escolha desse tema se deveu à dificuldade de se obter informações sobre o parque Municipal Gávea em Uberlândia quando da realização de uma atividade de outro componente disciplinar¹. Diante da dificuldade enfrentada para encontrar informações acerca desse equipamento, foi despertado o interesse em se buscar melhor conhecer e compreender o processo histórico-geográfico de sua criação e, posteriormente, de como essas informações poderiam compor processos didáticos pedagógicos destinados ao ensino de Geografia na educação básica.

PROJETO INTERDISCIPLINAR I

Elaborar plano de um projeto educacional com abordagem interdisciplinar integrando ensino, pesquisa e extensão universitária com foco na docência, na profissão docente ou em processos e objetos de ensino-aprendizagem no campo da Geografia Escolar.

PROJETO INTERDISCIPLINAR II

Realizar a primeira etapa de execução do plano de ação do projeto elaborado no PROINTER I com monitoramento e avaliação das atividades realizadas e adequações e ajustes no planejamento que forem necessários.

PROJETO INTERDISCIPLINAR III

Concluir a execução do projeto em continuidade às atividades desenvolvidas no PROINTER I e II, avaliar o trabalho e apresentar os resultados alcançados na forma de relatório final elaborado com linguagem, normas e modelo do trabalho acadêmico-científico.

Disponível em: <https://igesc.ufu.br/graduacao/geografia-campi-uberlandia/fichas-de-disciplinas/curriculo-versao-20191>

Dessa maneira, esse trabalho também encontra relevância em buscar articular teoria e prática no ensino de Geografia, propondo uma aula de campo no Parque Municipal Gávea, em Uberlândia-MG, como forma de aproximar os estudantes da realidade urbana que os cerca. A proposta permite refletir criticamente sobre os processos de urbanização, a função dos parques ambientais e as desigualdades socioespaciais, estimulando a formação de uma consciência geográfica, ambiental e cidadã. Além disso, destaca a Geografia como ferramenta fundamental para compreender e intervir no território de forma crítica e transformadora.

Esse interesse se articula a um processo bastante presente e salutar na educação básica, que é o de considerar o lugar em que a escola está inserida como um “laboratório” de ensino-aprendizado. Desde técnicas como o uso de mapa mental, considerando o trajeto do estudante até as visitas técnicas, é possível perceber como elementos da e a própria cidade reúnem potenciais encontros possíveis entre a educação e o processo de formação e reprodução dessas cidades. Também não é fato novo a presença de parques urbanos e sua necessária defesa, pelo conjunto de benefícios que estes trazem para a cidade e seus habitantes. Desde os aspectos climáticos-ambientais, passando pelos aspectos estético-culturais e chegando à potencial valorização imobiliária, é inegável que a presença de parques ambientais se constitui em importante equipamento que impacta a reprodução social do espaço. Nessa direção – considerando seu impacto – uma questão que pode ser interessante a se considerar é se estes equipamentos se distribuem de maneira horizontalizada sobre a cidade e se seus usos se encontram igualmente disponível para o conjunto social.

Conforme indicado anteriormente, o objetivo da pesquisa apresentado neste artigo foi analisar o processo histórico-geográfico de criação do Parque Municipal Gávea em Uberlândia. Considerando-se o necessário para alcançar esse objetivo, bem como a questão anteriormente apontada, o objetivo geral foi subdividido em três específicos. O primeiro consistiu em fazer uma breve análise do contexto dos parques urbanos nas cidades e especificamente da cidade de Uberlândia, uma vez que o levantamento previamente feito apontou a existência de outros. Já o segundo objetivo específico foi estruturado para responder à proposta de analisar o processo histórico-geográfico de criação do Gávea e por fim, como terceiro objetivo específico, buscouse apresentar proposta de utilização desse material e sobre parques ambientais em sala de aula

para se trabalhar conteúdos geográfico. A proposta, que será apresentada adiante neste artigo, foi estruturada se considerando para o ensino médio.

Para que fosse possível alcançar o objetivo geral e os específicos delimitados nesta pesquisa foram adotados alguns procedimentos metodológicos na realização deste artigo. Dentre eles, se destacaram: visitas exploratórias ao parque em diferentes momentos da pesquisa para levantamento de dados, informações e documentos acerca do Parque Gávea; realização e análise de registros fotográficos; análises qualitativas sobre o parque, análise e elaboração teórica sobre a experiência didática para construção deste artigo e da proposta apresentada para experiência didática com alunos da educação básica na apropriação do parque para uma “aula de campo”.

O Parque Gávea: aproximações

O Parque Municipal Gávea, inicialmente, deveria ter recebido o nome de Parque municipal do córrego dos Bicudos, conforme citação no documento de doação da área para a criação do parque destacado adiante neste texto.

LEI Nº 12.866, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA A RECEBER EM DOAÇÃO O IMÓVEL QUE ESPECIFICA DE GÁVEA EMPREENDIMENTOS S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Contudo, com exceção a esse documento, todas as demais informações encontradas se referiam a esse fragmento territorial como Parque Municipal Gávea. Ainda que aqui somente se possa especular, é interessante notar como a mudança do nome remeteu para algo mais aprazível e menos comum que “córrego dos Bicudos” e, principalmente para uma associação direta da área verde a um empreendimento imobiliário, também denominado Parque Municipal Gávea. Mesmo no campo da especulação, chama a atenção o quanto essa simples mudança de nome, simbolicamente, afastou o futuro parque do todo da cidade, associando-o a alguns setores e segmentos dela. E, principalmente, pode ter funcionado como um elemento de elevação do preço de casas e terrenos por remeter a uma área verde planejada.

O Parque Municipal Gávea está localizado no chamado Setor Sul de Uberlândia, entre os bairros Morada da Colina, Cidade Jardim e Gávea, podendo ser acessado pelas ruas Av. das Copaíbas, nº 950, Bairro Gávea e Av. dos Vinhedos, nº 555, Bairro Morada da Colina. Este parque se constitui dos principais equipamentos públicos ambientais da cidade e integra o conjunto de parques existentes no município. De acordo com informações divulgadas pela Prefeitura Municipal de Uberlândia em seu sítio eletrônico, a cidade de Uberlândia possui, ao todo, nove parques ambientais urbanos, sendo eles, com suas respectivas localizações e áreas totais:

1. Parque Ecológico São Francisco – Rodovia Municipal Daurea Ferreira Cherulli, s/nº, Estrada da Cachoeira da Sucupira, zona rural (119,23 ha);
2. Parque Municipal do Distrito Industrial – localizado à margem direita do Córrego Liso, entre a Rua Audina Carrijo e Av. Cel. José Teófilo Carneiro, setor norte (28,24 ha);
3. Parque Municipal Luizote de Freitas – Rua Genarino Cazabona, s/nº, Bairro Luizote de Freitas, setor oeste (5,59 ha);
4. Parque Municipal Mansour – Rua Rio Jaguari, s/nº, Bairro Mansour, setor oeste (11,72 ha);
5. Parque Municipal Santa Luzia – Av. Alípio Abrão, nº 600, Bairro Santa Luzia, setor sul (26,83 ha);
6. Parque Municipal Victório Siquierolli – Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 707, Bairro Jardim América, setor norte (23,23 ha);
7. Parque do Sabiá – Av. Haia, s/nº, Bairro Tibery, setor leste (184,75 ha);
8. Parque Natural Municipal do Óleo – Rua Sudepe, s/nº, Bairro Planalto, setor oeste (18,75 ha);
9. Parque Municipal Gávea – Portaria Copaíbas, Av. das Copaíbas, nº 950, Bairro Gávea / Portaria Vinhedos, Av. dos Vinhedos, nº 555, Bairro Morada da Colina, setor sul (19,05 ha).

Ainda sobre os parques ambientais existentes, no sítio eletrônico da cidade é destacada uma informação registrada de forma bastante peculiar: No Município de Uberlândia, são mais de 30 milhões de metros quadrados de áreas protegidas, destinadas à proteção e manutenção da

diversidade biológica local, seus recursos naturais e culturais associados – o Cerrado e suas variadas fitofisionomias. (Secretaria do Meio Ambiente de Uberlândia)

Ao fazer a divulgação da área total dos parques em M², informando haver 30 milhões de metros quadrados de áreas protegidas, pode-se ter a impressão de que a cidade possui área de proteção ambiental na forma de Parques Ambientais bastante significativa. No entanto, ao converter essa medida para hectares, medida mais apropriada para dar a real dimensão, percebe-se que, ao todo, haveria, em torno de 3.000 hectares, número que, por sua vez, impactaria bem menos do que o dado de 30 milhões. O que aqui se destaca é que, ao determinar a unidade de medida em M², ocorre uma informação simbólica bastante impactante, o que não ocorre quando se opera com a unidade de medida hectare. Ao realizarmos a conta 119,23 ha + 28,24 ha + 5,59 ha 11,72 ha + 26,83 ha + 23,23 ha + 184,75 ha + 18,75 ha + 19,05 ha se totaliza 437,46 ha de parques ambientais no município que estão sendo administrados pela prefeitura da cidade sendo que a maior fatia de áreas protegidas na cidade não é administrada pelo município. Total que se distancia bastante daquele mencionado em milhões de M².

Quando ao que se observa em relação à localização dos parques ambientais urbanos no município, constata-se haver um relativo equilíbrio em sua distribuição em Uberlândia, sendo que destes parques, certamente, o Parque do Sabiá é o mais conhecido e sobre o qual mais se encontra informações a respeito. De fato, este é mais amplamente usado pela população, processo que é fortemente incentivado pela administração municipal. O que, por sua vez, não ocorre nos demais, embora os outros parques também possam ser usados e receber visitações, seja pela distância/localização ou pelo relativo desconhecimento, seus usos não são tão intensos como ocorre no caso do Parque do Sabiá. Especialmente no caso do Parque Gávea, chama a atenção sua baixa utilização, especialmente pelo fato de estar no setor sul, onde se encontram bairros bastante adensados, como o bairro Shopping Park, além de estar em avenida que é corredor de ônibus de transporte público.

Se, por um lado, podemos considerar haver uma relativa distribuição dos parques no município, quando se considera a densidade demográfica, alguns aspectos chamam a atenção. Por exemplo, como, bairros populosos da cidade, como o Pequis/Hebrons, localizados no setor oeste, estão a

mais de 10 km dos parques urbanos, ainda que neste setor esteja indicado a existência de três deles.

Se considerarmos o poder aquisitivo dos moradores destes bairros (e dos moradores dos bairros do entorno do Parque Municipal Gávea), bem como a servidão de meios de transportes coletivos, é possível inferir que tal distância se impõe como dificuldade para que possam usufruir do que os parques oferecem como espaços de culturais e de lazer. Dificuldade que, se acentua em relação à população de bairro de menor poder aquisitivo.

Mas a distância física não é o único problema. Ou ela pode assumir outra forma. Se for considerada a relação do Shopping Park com o Parque Municipal Gávea, poderá ser visto que, apesar da proximidade, esta é apenas aparente. Este bairro de Uberlândia se encontra-se a cerca de 4,4 quilômetros de distância. Porém seu acesso é dificultado por outras formas: tais como a circulação limitada de ônibus nos fins de semana e feriados ou por sua quase invisibilidade a partir do eixo viário, ou, ainda, pelo seu relativo desconhecimento... Fato é que, nas visitas para observação exploratória, não foi possível observar o parque sendo utilizado por moradores que não aqueles dos condomínios e bairros de seu entorno.

Imagen 1: vista a partir da entrada do parque com vista para o inicio da trilha astronômica e do museu DICA



Autor: OLIVEIRA, M.H

Imagen 2: vista a esquerda da entrada do parque onde se nota a presença de muros e a presença de casas de alto padrão



Autor: OLIVEIRA, M.H

Imagen 3: vista da área verde preservada do parque ao fundo e do playground



Autor: OLIVEIRA, M.H

Dessa maneira, o que se observa é que o fator distância não é a principal barreira de acesso a moradores de bairros populares (como o Shopping Park) ao Parque Municipal Gávea. De fato, são as condições de acesso e mesmo o conhecimento de sua própria existência como equipamento público que tem se constituído como barreira. Nesse sentido, professores de geografia da educação básica, podem se apropriar do espaço do parque, mas, também dessa relação dele com a diferentes bairros da cidade, para, a partir dessa relação, levantar questionamentos e construir análises acerca dos acessos desiguais no contexto da urbanização.

Ou, ainda, se esse tipo de conhecimento/desconhecimento de um equipamento, como o Parque Municipal Gávea, impacta diretamente sobre o uso e o perfil daqueles que frequentam o lugar, o que pode levar a outras questões, como a importância de parques na cidade e ter acesso a eles etc. Logo, não se trataria apenas da vida, de produzir uma análise sobre a cidade e seus usos.

As visitas feitas ao Parque Municipal Gávea aqui referidas, foram para realização de atividade de outro componente curricular, bem para a construção desse artigo, com o intuito de buscar compreender esse espaço e seu processo histórico geográfico de construção. Contudo, a partir do que se observava, questões como as anteriormente citadas foram surgindo e o olhar para o parque, ampliado. Foi a partir dessa ampliação do olhar que foi possível observar uma relativa homogeneidade social, cujo perfil é muito característico dos moradores dos bairros no entorno e bastante diferente do perfil do morador do bairro Shopping Park e outros bairros populares. Contexto em fato anteriormente desapercebido ganhou importância, como o fato de o portão de acesso ao parque não ser visível tão facilmente porque quem passa nas vias urbanas que o ladeiam, de modo a não perceberem que ali se encontra um parque ambiental. O entendimento aqui é que uma atividade possível de ser realizada com estudantes por professores da educação básica seria visitas exploratórias que pudessem fomentar o diálogo sobre o lugar e a partir do observado, serem levantadas questões, pelo professor, mas também os estudantes, e a partir delas se ampliar a compreensão das possibilidades de apropriação da cidade.

Parques ambientais e sua inserção no espaço urbano.

Segundo a pesquisa do grupo Iberdrola², no século XIX, o movimento higienista influenciou a criação dos primeiros parques urbanos na Europa e nos Estados Unidos, buscando melhorar a qualidade de vida da população urbana, que enfrentava condições insalubres durante a Revolução Industrial. O arquiteto Joseph Paxton projetou em 1843 o Birkenhead Park, em Liverpool, considerado o primeiro parque urbano financiado com recursos públicos, sendo seguido por outros projetos semelhantes em cidades como Paris e Nova York. Esses espaços foram fundamentais para promover o bem-estar físico e psicológico da população, ao relacionar

²O Grupo Iberdrola é hoje um líder do setor energético global. Nós nos antecipamos duas décadas em relação à transição energética para combater as mudanças climáticas e oferecer um modelo de negócio sustentável e competitivo que crie valor para a sociedade por você. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/quem-somos>

áreas verdes com saúde e recreação. No Brasil, cidades como Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, na transição dos séculos XIX para o XX, também foram perpassadas por essas ideias em seu planejamento original, como se observa nos estudos produzidos para a obra “Belo Horizonte: espaços-tempos em construção”.

Os parques urbanos nas grandes cidades do Brasil refletem tanto o desenvolvimento urbano quanto a evolução dos espaços públicos de lazer ao longo da história. O surgimento e a expansão dos parques do Rio de Janeiro, criado em 1783, exemplifica como esses espaços iniciais eram influenciados pelos estilos paisagísticos da época e pelas demandas sociais. Originalmente projetado pelo artista Mestre Valentim, o parque foi posteriormente reformado em 1875 pelo paisagista francês Auguste Glaziou, que aplicou elementos do romantismo francês ao desenho do parque, tornando-o um ponto de encontro privilegiado para as elites da capital do país naquele período.

São Paulo, por sua vez, destaca-se com o Parque Ibirapuera, inaugurado em 1954, que se consolidou como o parque mais visitado da América Latina em 2017, com aproximadamente 14 milhões de visitas, de acordo com as informações da Prefeitura de São Paulo. Esse alto número de visitantes reflete a importância do Ibirapuera não apenas como um espaço de lazer, mas como um dos locais mais fotografados do mundo, sendo um ícone do turismo e da vida urbana de São Paul.

Já em Uberlândia, o Parque do Sabiá, criado na década de 1980, é um exemplo de como os parques urbanos também se tornaram essenciais para cidades de médio porte. Com uma média de 300 mil visitantes mensais de acordo com o meio de informação G1, o parque é um dos principais pontos turísticos de Uberlândia, oferecendo múltiplas opções de lazer e esportes, consolidando-se como um espaço democrático de convivência e contato com a natureza. Esses parques urbanos, cada um com suas características e histórias, representam a evolução dos espaços públicos no Brasil e sua crescente adaptação para atender às necessidades das populações urbanas modernas.

Como pode ser observado, a presença de parques ambientais urbanos remete à própria origem da urbanização no Brasil. Parques como o Jardim Botânico no Rio de Janeiro, O parque

municipal ou das Mangabeiras em Belo Horizonte, ou quaisquer outros de quais capitais ou grandes cidades no Brasil são demonstrativos de como esse tipo de equipamento compõe o espaço urbano. Condição que, entre tantas possibilidades, também permite explorar o aspecto histórico de construção e reprodução das próprias cidades e do ambiente em que estão inseridas.

Segundo a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado de São Paulo (SIMA/SP), as áreas verdes nos centros urbanos oferecem inúmeros benefícios, como a melhora na qualidade do ar, o bem-estar mental e físico da população, a conservação da biodiversidade, a regulação térmica e o incentivo à educação ambiental (SIMA,2023). Além disso, os parques ambientais também servem como áreas de conservação de uma realidade que sendo modificada frente ao processo de modernização. Nessa perspectiva, os parques também são formas de preservação ambiental.

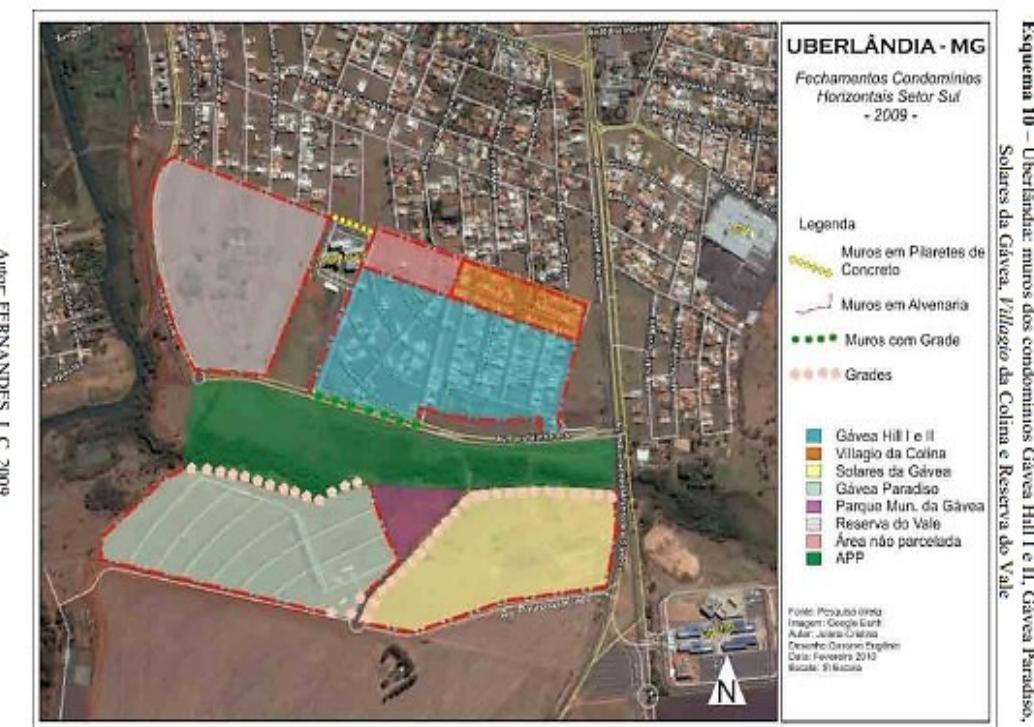
Quando se considera a região em que Uberlândia está inserida, percebe-se a forte presença da expansão urbana articulada à complexo agroindustrial, fato que provoca profunda modificação ambiental. De acordo com Klink e Machado (2005),

O bioma Cerrado, conhecido por sua rica diversidade e importância para o equilíbrio ambiental do Brasil, tem enfrentado uma significativa perda de área devido ao desmatamento e uso intensivo para pastagens e agricultura. Com mais de 7.000 espécies de plantas e uma biodiversidade variada, o Cerrado é crucial para a conservação da biodiversidade brasileira. No entanto, mais da metade de seus 2 milhões de km² originais foi desmatada, e apenas 2,2% da área é legalmente protegida. A expansão agrícola e a degradação ambiental, incluindo o uso do fogo e a invasão de espécies exóticas, representam ameaças contínuas. A crescente demanda por melhorias na infraestrutura agrícola e a necessidade de fortalecer o sistema de áreas protegidas destacam a urgência de esforços de conservação para preservar este bioma essencial (Klink; Machado, 2005, p. 1)

Dessa maneira, conforme se observa no fragmento anterior de Klink e Machado (2005) sobre o Cerrado, eles levantam questões cruciais sobre a perda de biodiversidade e os impactos ambientais causados pela intensa exploração do bioma são questões que não podem ser ignoradas. Por outro lado, são questões que compõem o conjunto de conhecimentos que deve ser desenvolvido no âmbito da educação básica. A partir dessa perspectiva, pode surgir a necessidade de um diálogo mais amplo sobre os desafios que envolvem a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável no contexto da escola, e os parques ambientais da cidade de Uberlândia podem ser interessante ponto de partida para o desenvolvimento desse tipo de discussão pedagógica.

A seguir, tem-se uma figura que demonstra a área urbana ao redor do Parque Municipal Gávea. Nela, chama a atenção a presença de inúmeros condomínios fechados ao seu redor, o que leva à percepção de que o parque seria uma área privada e não um equipamento público, no que fato ele é.

Condomínios Fechados do entorno do parque Gávea



Autor: FERNANDES, J. C. 2009

Como já dito anteriormente, é inegável que, a criação de parques urbanos tem sido uma das estratégias adotadas nos processos de urbanização das cidades no Brasil. Isso porque, as áreas verdes nas cidades desempenham um papel fundamental tanto ambiental quanto social, como destacado pela SIMA/SP. Elas são essenciais para a conservação da biodiversidade. Em termos sociais, são importantes espaços de democratização do acesso a espaços públicos de lazer. Ecologicamente, são áreas essenciais para infiltração de água no solo, ajudam a regular a temperatura e a melhorar a qualidade do ar, além de mitigar os efeitos das mudanças climáticas

e da poluição, entre outros benefícios. Destaque-se também que muitos parques urbanos também adotam soluções sustentáveis, como tetos verdes e sistemas de escoamento de água com bambu, que promovem a permeabilidade do solo e protegem os recursos hídricos, ao mesmo tempo que servem de habitat para várias espécies. Esse conjunto de possibilidades pode, por sua vez ser objeto de estudo na educação básica, processo desencadeado por visitas técnicas orientadas.

Outro aspecto interessante é o trazido por Santos, Nascimento e Regis (2019), que destacam que a percepção ambiental é uma ferramenta crucial para orientar políticas públicas adequadas às necessidades da população, possibilitando uma gestão mais eficiente de áreas verdes públicas e promovendo a sustentabilidade urbana. Conhecer e fazer dos parques, pode ser uma ferramenta também de conhecimento dessa articulação de políticas públicas, gestão e cuidado com o espaço. Como, por exemplo, destacam os autores, que compreender a percepção dos usuários de espaços de Parques ambientais auxilia na formulação de estratégias que garantam um ambiente mais saudável e mais bem planejado. No que se pode avançar, ao conhecer e fazer uso, a comunidade pode se sentir parte, beneficiada e responsável por este lutar. Assim, e, em concordância com os autores, acrescenta-se como estes lugares podem se constituir como importantes ambientes para o desenvolvimento de materiais e práticas didático-pedagógicas para o ensino da geografia, especialmente na educação básica, com um vasto campo de conhecimentos a serem explorados.

Outro aspecto bastante importante sobre os parques ambientais em ambientes urbanos e que pode ser didática e pedagogicamente explorado é o impacto simbólico que estes causam sobre a urbanização. De fato, a construção de um parque ambiental tende a ser positiva e simbolicamente valorizada, uma vez que permite melhorar a qualidade de vida e transformar a paisagem urbana. Ter um parque ambiental no bairro ou perto de casa oferece inúmeras vantagens. Primeiramente, ele impacta a paisagem, proporcionando uma área verde que rompe com o cenário de concreto, trazendo beleza e tranquilidade visual, o que é extremamente positivo. Além disso, os parques têm capacidade de alterar o microclima local. Eles ajudam a reduzir a temperatura em torno do parque, regulando o clima e melhorando a qualidade do ar, o que é muito benéfico em áreas urbanas densamente construídas.

O processo histórico-geográfico de criação do Parque Municipal Gávea e seus sentidos.

Inegavelmente, os parques oferecem espaços de lazer e entretenimento para a população. Isso é vantajoso porque promove a convivência comunitária, oferece opções de atividades ao ar livre, melhora a saúde física e mental das pessoas e aumenta o valor imobiliário da região. Assim, os parques ambientais representam um impacto positivo em vários níveis, sendo, quase sempre, muito bem-vistos e valorizado pela comunidade do entorno ou quem considerar se instalar no bairro. Tudo isso, faz-se com, na perspectiva do setor imobiliário, estes equipamentos sejam muito interessantes e capazes de atribuir valor a um determinado empreendimento imobiliário.

A definição da construção de um equipamento como parque ambiental decorre, em geral, de duas possibilidades. A primeira, é a partir do planejamento urbano, que reserva determinada área para esta função, como é o caso do parque do Sabiá em Uberlândia onde sua criação ocorreu por meio de uma proposta de criação com o principal objetivo de proporcionar ao cidadão um local fruição, prática desportiva e outras atividades de lazer. Outra possibilidade é que, no processo de expansão urbana, a criação deste tipo de equipamento se configure como uma ação de mitigação do impacto ambiental por esta causado.

É no contexto da segunda possibilidade destacada que o Parque Municipal Gávea, estabelecido no setor sul da cidade, se enquadra. De fato, o Parque Gávea foi criado em agosto de 2011, mas a sua doação para a prefeitura ocorreu seis anos depois, por meio da LEI Nº 12.866, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017 que autorizou o município de Uberlândia a receber a área do que hoje é considerado o Parque Gávea.

E resultou do atendimento de uma medida de compensação ambiental, como instrumento da Lei, disposto no art 45, inciso XVI da Lei Orgânica do Município; art. 42, 542, do Código Florestal Brasileiro, art. 69, P. U, da Lei Complementar Municipal nº 325/03, art.ll e SS, da Lei 9985/00 — Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e art. 1 92, inciso IV, P.U, da Lei Complementar Municipal 017/91. As imagens a seguir são fragmentos do documento de criação do parque:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

Pauta-se, o presente Termo no disposto no art 45, inciso XVI da Lei Orgânica do Município; art. 4º, §4º, do Código Florestal Brasileiro, art. 6º, P.U, da Lei Complementar Municipal nº 325/03, art.11 e §§, da Lei 9985/00 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e art. 192, inciso IV, P.U, da Lei Complementar Municipal 01,7/91.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DAS FINALIDADES

Constitui seu objeto, a afirmação do interesse comum das Partes de cooperarem entre si e desenvolverem esforços mútuos para implementação no Município do Parque Natural Municipal dos Bicudos, categoria – Unidade de Conservação, com área total de 119.925.05 m², situado nas baixas vertentes direita e esquerda do Córrego dos Bicudos, a ser construído como medida compensatória pelos impactos ambientais decorrentes da implantação dos loteamentos fechados Gávea Park e Solares da Gávea, e ter como finalidades a preservação e melhoria dos recursos naturais do local, o atendimento à necessidade social da população de baixa renda com a construção de uma creche pública, tornando-se, portanto, uma nova opção social e de lazer ecologicamente equilibrada para a população do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Para a implementação do respectivo Parque, caberá à empresa empreendedora, também a título de medidas compensatórias:

- I – a construção de muro e/ou alambrado em seu entorno;
- II – a construção de uma creche pública;
- III – a implantação de um Orquidário com embrião para gerenciar a produção própria e gestão de mudas nativas;
- IV – a construção de caminhos oficiais e trilhas para pedestres, com infra-estrutura sanitária e gestão interna de resíduos sólidos;
- V – a construção de play-ground's e praças com equipamentos para ginástica localizada;
- VI – o plantio de mudas na área interna do mesmo;
- VII – a execução das medidas necessárias para recuperar e restaurar seus pontos internos degradados.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DAS COMPENSAÇÕES

Os compromissos assumidos na Cláusula Terceira deste Termo, deverão ser executados pela empresa empreendedora, após definição conjunta do planejamento das respectivas ações, devendo, para tanto, especificar a dotação orçamentária, planos de trabalho, cronograma de desembolso e demais documentos a serem definidos oportunamente.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para a execução das medidas compensatórias previstas neste Termo, serão de responsabilidade da empresa empreendedora, cujos desembolsos serão executados através de Cronograma Físico-Financeiro apresentado ao Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PARTES

I – Compete ao Município, após a completa implantação do Parque, atuar como gestor deste empreendimento público, ficando inteiramente responsável por todas as ações referentes à administração do local, incluindo-se, portanto, as questões relativas à segurança, entrada e saída da população, funcionamento da creche, fiscalizações acerca do cumprimento das obrigações assumidas da empresa, e quaisquer outras intervenções que entender necessárias.

II – Compete à empresa empreendedora atuar como ente parceiro executor das medidas necessárias para o cumprimento dos objetivos do presente Termo, participando ativamente das ações e implementações a serem adotadas para tornar o local um ponto de referência ambiental da cidade e responsabilizando-se pela execução de ações para manter/proteger o orquidário e as paisagens naturais do Parque.

O termo de cooperação técnica/mútua é um instrumento formal utilizado por entes públicos para se estabelecer um vínculo cooperativo ou de parceria entre si ou, ainda, com entidades privadas, que tenham interesses e condições recíprocas ou equivalentes, de modo a realizar um propósito comum, voltado ao interesse público. Normalmente, as duas partes fornecem, cada uma, a sua parcela de conhecimento, equipamento, ou até mesmo uma equipe, para que seja alcançado o objetivo acordado, não havendo, contudo, nenhum tipo de repasse financeiro. É comum que esse tipo de cooperação ocorra nos campos técnicos e científicos, com cada participante realizando as atividades que foram propostas por meio de seus próprios recursos (conhecimento, técnicas, bens e pessoal). O acordo de cooperação técnica se diferencia de convênios, contratos de repasse e termos de execução descentralizada pelo simples fato de não existir a possibilidade de transferência de recursos (UFSC - Departamentos de Projetos, Contratos e Convênios).

De acordo com a prefeitura de Uberlândia e secretaria do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável e o empreendimento Gávea, o Termo de Cooperação Mútua entre o Município de Uberlândia e a empresa Gávea Empreendimentos S/A para a criação do Parque Natural Municipal dos Bicudos constitui um exemplo significativo de parceria público-privada voltada para a promoção de áreas verdes urbanas e a compensação ambiental. A análise desse documento revela tanto as intenções de preservação ecológica quanto os desafios de implementação e a delimitação de responsabilidades entre as partes envolvidas. Por outro lado, em uma discussão mais aprofundada, por exemplo com alunos dos anos finais do Ensino

Fundamental e do Ensino Médio, como questão, pode ser considerado se, no entanto, esse processo em que a construtora estaria compensando o município, não estaria muito mais beneficiando a ela mesma. Isso porque, se uma área verde como um parque ambiental, especialmente de uso seletivo, como Parque Municipal Gávea, não provocaria uma valorização imobiliária significativa.

Retornando ao que o documento expressa, ele estabelece as bases legais para o acordo, indicando que ele está fundamentado em legislações ambientais municipais e federais. Isso reforça a legitimidade e a conformidade com normas que regem a preservação ambiental, dando ao projeto uma justificativa jurídica robusta. No entanto, a dependência de legislações vigentes sugere que qualquer mudança futura nas leis ambientais ou no Código Florestal poderia impactar diretamente a continuidade e a validade dos compromissos firmados.

Para o prefeito de Uberlândia Zaire Rezende, Eduardo Vilaqua secretário municipal do meio ambiente e desenvolvimento sustentável e o diretor comercial do Gávea empreendimento Paulo Wagner Andrade Cunha o objetivo principal, conforme detalhado na Cláusula Segunda, é a criação do Parque dos Bicudos, que ocupará uma área de aproximadamente 125.000 m². Esse parque teve como finalidade ser um espaço de lazer e conservação ecológica para a população, preenchendo uma lacuna de áreas verdes urbanas em Uberlândia. Do ponto de vista urbano e ambiental, essa iniciativa atendeu à necessidade de preservação de espaços naturais, especialmente em uma área que tende a sofrer pressões de urbanização. No entanto, a responsabilidade pela implementação e os compromissos da empresa privada trazem à tona questões de sustentabilidade a longo prazo, visto que a conservação do parque dependerá da continuidade do envolvimento do município após a instalação inicial. Ainda, questões sobre qual é a população para qual ele se volta e qual lacuna é preenchida, uma vez que os bairros populares próximos não parecem ser atendidos por este equipamento.

Um dos pontos centrais do termo são as medidas compensatórias previstas na Cláusula Terceira, que delinea as obrigações da empresa Gávea Empreendimentos como contrapartida pela parceria. As ações incluem a construção de um cercamento para o parque, a criação de uma creche pública, a implementação de um orquidário para a gestão de mudas nativas, além da instalação de infraestrutura para trilhas, playgrounds e áreas de ginástica. Essas medidas buscam oferecer benefícios sociais e ambientais à comunidade, ampliando o valor do parque

como um espaço multifuncional. Em princípio, pode parecer haver uma variedade e extensão das contrapartidas exigidas e que estas, excessivas, poderiam inclusive colocar em dúvida sobre a possibilidade de acompanhamento efetivo dessas ações, sobretudo no que diz respeito à qualidade e manutenção dos serviços e estruturas oferecidos. Entretanto, tal percepção se revela equivocada quando se considera o impacto de valorização potencial trazido pelo próprio parque ao empreendimento que provocou a degradação ambiental. E a fiscalização sobre o cumprimento das exigências deveria ser prioridade no município. Mas, para o que aqui interessa de perto, a partir de uma visita exploratória nesse parque, pode-se abrir uma ampla discussão sobre degradação e educação ambiental, leis ambientais e mecanismos de contrapartidas, a papel do poder público e construção de ambiente saudável e equilibrado, especialmente no contexto de mudanças climáticas e eventos climáticos extremos como se têm visto na atualidade.

Por sua vez, tal como apontou o então prefeito de Uberlândia à época, Zaire Rezende, Eduardo Vilaqua, então secretário municipal do meio ambiente e desenvolvimento sustentável e o diretor comercial do Gávea empreendimento Paulo Wagner Andrade Cunha, a Cláusula Quarta, que trata da execução das compensações, aponta para a necessidade de um planejamento conjunto e detalhado entre a empresa e o município. Essa colaboração na execução pode ser positiva, pois permite que ambos os lados contribuam com expertise e recursos. Entretanto, a ausência de mecanismos explícitos de fiscalização no termo pode dificultar o monitoramento das ações e o cumprimento das obrigações. A falta de um órgão independente para avaliar e assegurar a qualidade das intervenções realizadas também é um ponto de vulnerabilidade no acordo. Eles que se somam ao aspecto já indicado de que, no limite, um equipamento como um parque ambiental urbano traz grande potencial de valorização social simbólica que, por sua vez, podem se reverter em elevação do preço de imóveis do seu entorno.

No que se refere ao financiamento, a Cláusula Quinta estabelece que a empresa arcaria com os custos das ações compensatórias. Embora esse ponto reforce a responsabilidade da Gávea Empreendimentos no apoio financeiro do projeto, ele também pode ter sido, algum momento, fator de tensão, especialmente se tiver ocorrido aumentos inesperados nos custos ou mudanças no planejamento inicial ou desinteresse da construtora em fazer cumprir o inicialmente acordado. Em casos de parcerias semelhantes, disputas financeiras entre partes públicas e

privadas têm sido uma causa comum de atrasos e conflitos, o que coloca em evidência a importância de um cronograma financeiro bem estruturado e transparente. Esse tipo de possibilidade aponta para o necessário reforço à fiscalização pelo poder público em contratos dessa natureza, o que também pode ser trabalhado na escola, como um dos elementos do processo pedagógico. Destaca-se, no entanto, que não foi possível encontrar no noticiário local não registrou conflitos dessa natureza.

A Cláusula Sexta aborda a divisão de responsabilidades após a implementação completa do parque, atribuindo ao município a gestão do espaço e à empresa a responsabilidade por ações de preservação ambiental. Essa divisão, no entanto, suscita questionamentos sobre a capacidade do município de gerenciar o parque de forma eficiente e sustentável, especialmente no que diz respeito à segurança, à manutenção e à operação contínua das instalações. Sem garantias de investimentos ou suporte financeiro contínuo, a transição de gestão para o município pode levar a dificuldades na conservação e administração do parque. Ademais, cabe destacar o quanto, para o município, essa divisão foi bem mais onerosa, especialmente se considerarmos o uso mais restrito do parque aos segmentos sociais de renda média ou elevada.

Ainda como ressalta o autor do termo de cooperação mútua teria a duração de 10 anos, estabelecida pela Cláusula Sétima, sugere uma visão de médio prazo para o compromisso entre as partes, mas a possibilidade de prorrogação depende de acordos futuros. Essa flexibilidade temporal é um ponto positivo, pois permite ajustes conforme as necessidades e desafios que possam surgir ao longo do tempo. No entanto, ela também significa que, ao fim do prazo, o município assumiu o parque, tendo a construtora encerrado suas obrigações. Todavia, de forma permanente, manteve um empreendimento seu, e, portanto, a ela associado, com o nome do parque, o que, o limite, retroalimenta a valorização social simbólica que alimenta a elevação dos preços da mercadoria imóvel para o segmento social que a construtora do Gávea empreendimento e do Parque Municipal Gávea atende.

Por fim, o Termo de Cooperação Mútua reflete uma tentativa importante de integrar a preservação ambiental urbana com o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que promove benefícios sociais para a população de Uberlândia. No entanto, o sucesso dessa parceria dependerá de uma implementação rigorosa, de uma fiscalização eficaz e do comprometimento contínuo das partes envolvidas. A análise do documento revela que, embora

o termo busque atender aos interesses públicos e ambientais, existem lacunas e desafios práticos que podem influenciar o cumprimento total das obrigações e a manutenção dos benefícios propostos para a comunidade a longo prazo.

Neste sentido, tal como demonstrado por Loureiro e Layrargues (2013), a criação do Parque Municipal Gávea em Uberlândia pode, sim, ser interpretada sob diferentes perspectivas, especialmente quando se considera a motivação por trás da doação da área. Embora o parque ofereça um benefício ambiental e de lazer à comunidade, com espaços verdes e áreas de convívio para os moradores, há a possibilidade de que a doação do terreno não tenha sido realizada unicamente para o atendimento da população em geral. E, na perspectiva que aqui se defende, somos céticos quanto a este atendimento. No entanto, mais importante que definir se foi ou não, ou seja, reduzir temas complexos a respostas simples, nossa compreensão é que podemos considerar tais aspectos – processos de parcerias público-privadas; valorização urbana; moradia, educação ambiental; parques urbanos etc. – para serem objeto de análise e construção de materiais pedagógicos, para se demonstrar a efetividade da legislação ambiental da análise sobre a reprodução social do espaço, temas que, em princípio, podem parecer muito abstratos ou mesmo sem sentidos para os alunos da educação básica, mas que partindo de uma situação local pode ajudar a construir a materialidade necessária ao entendimento da questão.

Proposta de atividade a ser desenvolvida com o uso do parque ambiental

Este trabalho de conclusão de curso se originou de uma atividade pedagógica, onde se teve grandes dificuldades de se encontrar informações sobre o Parque Municipal Gávea. Diante disso, teve-se a ideia de propor uma atividade que pudesse despertar o interesse de estudantes – no caso específico, do ensino médio – quanto ao olhar para equipamentos da cidade. A proposta é como locais de visitações espontâneas ou com orientação pedagógica podem ser uma “porta de entrada” para discutir temas geográficos, como foi feito a seguir.

Plano de Aula: A Relação entre Urbanização, Natureza e Cartografia

Disciplina: Geografia

Ano Escolar: 2º ano do Ensino Médio

Duração: 1h40 minutos em sala de aula e 1h30min até 2h no parque

Habilidades da BNCC:

(EF07GE11) Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrados, Caatingas, Campos Sulinos e Matas de Araucária).

(EF07GE12) Comparar unidades de conservação existentes no Município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplam outros agentes e discursos.

(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

(EM13CHS301) Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.

(EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.

Objetivos:

Estimular o reconhecimento do parque como equipamento público ambiental, inserido em um contexto histórico-geográfico marcado por processos de expansão imobiliária, compensações ambientais e apropriações simbólicas do espaço.

Desenvolver uma análise crítica da distribuição e do acesso aos parques ambientais urbanos na cidade, com base na observação dos padrões socioeconômicos e demográficos dos bairros vizinhos ao Parque Municipal Gávea, como Shopping Park, Cidade Jardim, Morada da Colina e Gávea.

Compreender o papel dos parques ambientais na reprodução social do espaço urbano, especialmente quanto à valorização imobiliária, à segregação socioespacial e à percepção dos moradores sobre o uso e o pertencimento ao território.

Utilizar técnicas da educação geográfica, como o mapeamento, o reconhecimento de paisagens, a leitura da cartografia e a análise de elementos sensoriais (visão, olfato, som e tato), para interpretar as transformações do espaço urbano e sua relação com a natureza.

Refletir sobre a importância da conservação ambiental e dos biomas locais (como o Cerrado), a partir da leitura crítica da função ecológica dos parques em áreas urbanizadas, suas limitações e potencialidades na promoção de um ambiente sustentável e democrático.

Discutir com os estudantes a função social e educativa dos parques urbanos, partindo da experiência direta no Parque Municipal Gávea, e problematizando as relações entre políticas públicas, justiça territorial e direito à cidade.

Metodologia:

Apresentação de imagens e mapas sobre o crescimento urbano e a preservação de áreas verdes.

Identificação da localização do parque na cidade, observando bairros vizinhos e condomínios fechados.

Construção de um mapa mental sobre a importância das áreas verdes em meio à urbanização.

Visita ao parque para observação da paisagem (análise dos sentidos: visão, tato, audição e olfato).

Identificação de biodiversidade, lixo acumulado e impactos humanos na conservação do espaço; observação das moradias do entorno; telhados, quintais etc, padrão arquitetônico; urbanização das ruas etc.

Comparação como ambiente observado ao redor do parque com outros lugares da cidade.

Reflexão sobre a relação entre a sociedade, a desigualdade socioeconômica e como a sociedade influencia a degradação ou preservação ambiental.

Exploração da trilha astronômica: Observação das representações do sistema solar

Análise da rosa dos ventos desenhada no parque e sua aplicação na orientação espacial.

Recursos Didáticos:

Mapas digitais e imagens de satélite

Equipamentos do Museu DICA (telescópios e representações astronômicas)

Trilha astronômica do parque

Projeto

Avaliação:

Escrever um texto sobre o que os discentes perceberam ao ter a aula e visitar o parque e como eles compreenderam o parque e seu entorno; E a importância de parques ambientais em grandes cidades e sua influência na vida das pessoas.

Roda de conversa para reflexão e debate sobre os apontamentos que os discentes trouxeram em seus textos e reflexões sobre como os cidadãos precisam tomar cuidado com a natureza e o consumo exacerbado nas cidades.

Solicitar aos alunos que reproduzam textualmente, mas também por meio de icnográficos suas impressões sobre o parque, os bairros no seu entorno em comparação com algum outro lugar da cidade, sob a pergunta: “A diferença entre os lugares se deve apenas à uma educação ambiental e importância que cada um dá à preservação ambiental? Ou existem outros fatores? Se existirem, quais?”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda, dentro do campo do ensino-aprendizado dos processos urbanos, analisar e refletir sobre os sentidos e interesses que envolvem doações de áreas para parques urbanos frequentemente trazem vantagens fiscais ou permitem melhorias na valorização dos terrenos próximos, especialmente se forem propriedades do próprio doador ou de empresas relacionadas. Mas se levantando questionamentos sobre quem se beneficia... Em alguns casos, proprietários de grandes terrenos doados para parques conseguem incentivos ou reduções de impostos e ainda aumentam o valor de áreas adjacentes que mantêm sob posse. No caso do Parque Municipal Gávea, pode-se especular que o ato de doação tenha, eventualmente, favorecido mais o doador do que a população em si, visto que tais concessões muitas vezes são negociadas de forma a atender interesses particulares que, mesmo contribuindo para a infraestrutura urbana, também oferecem benefícios diretos ao doador.

Nessa perspectiva, uma singela visita exploratória pode ser um ponto de partida para se apropriar da cidade, a partir da exploração de uma paisagem, levantando questões fundamentais ao ensino e aprendizado da geografia. Dessa forma, embora o Parque Municipal Gávea represente um espaço verde importante para Uberlândia e agregue valor ambiental e social ao município, é possível que a motivação subjacente esteja parcialmente ancorada em interesses privados, como a valorização de imóveis e outros incentivos.

Outra possibilidade de apropriação didático-pedagógica dos parques ambientais urbanos é a comparação entre as funções que cumprem e como se destinam. Por exemplo, uma comparação

possível em Uberlândia, neste sentido pedagógico, seria a comparação do Parque Municipal Gávea com o Parque do Sabiá, que apresenta características distintas. Seu entorno não é marcado por residências de alto padrão, como no caso do Parque Gávea, mas sim por uma ocupação urbana mais diversificada. Esse parque se destaca pela preservação de áreas naturais em meio à urbanização, servindo como um exemplo de como o desenvolvimento urbano pode coexistir com a conservação ambiental. O Parque do Sabiá permite explorar temas como a importância da manutenção de ecossistemas nativos, a valorização de áreas verdes como espaços de lazer e convívio social, e o papel dos parques ambientais na promoção de práticas sustentáveis em cidades.

Em razão de sua extensão, localização central e, principalmente, destinação, ele apresenta espaços convidativos à longa permanência, como lagos, piscina, áreas de piquenique e espaços para atividades culturais e educativas. Isso reforça sua função como um local de integração comunitária e educação ambiental. Mas também aspectos que podem ser pedagogicamente explorados, como a estética e os perfis das entradas pelo lado do bairro Santa Mônica e pelo bairro Tibery. Analisar essas diferenças pode aguçar o olhar dos estudantes, abrindo o caminho para se pensar a desigualdade socioespacial no ambiente urbano.

Segundo Sato (2005), ambos os parques também podem ser analisados sob a perspectiva da biodiversidade. O Parque Municipal Gávea, por exemplo, pode ser estudado como um refúgio para espécies nativas do Cerrado, destacando a importância de corredores ecológicos em áreas urbanas. Já o Parque do Sabiá, com sua extensa área verde e diversidade de flora e fauna, pode servir como um laboratório vivo para pesquisas sobre ecologia urbana e conservação de espécies. Esses aspectos reforçam a importância dos parques ambientais não apenas como espaços de lazer, mas também como ferramentas essenciais para a preservação da biodiversidade e a mitigação dos impactos ambientais causados pela urbanização.

Em síntese, tanto o Parque Municipal Gávea quanto o Parque do Sabiá, embora inseridos em contextos socioeconômicos e urbanísticos distintos, oferecem oportunidades únicas para estudos sobre a interação entre homem e natureza. E podem ser um rico material pedagógico a ser apropriado pelos professores de Geografia para diversos temas geográficos.

Dessa maneira, ao se considerar que parques ambientais, como o exemplo do Parque do Sabiá e o Parque Municipal Gávea em Uberlândia, oferecem uma ampla gama de possibilidades para o desenvolvimento de atividades e estudos que integram educação, pesquisa, conservação e lazer.

Se, conforme Jacobi (2003), os parques ambientais são considerados espaços privilegiados para a educação ambiental, estes podem e devem ser apropriados para este tema geográfico, mas também outros, numa perspectiva em que a cidade pode ser um imenso “laboratório” onde a educação e urbanização se encontram. Isso porque, como foi dito ao longo desse artigo, há várias outras temáticas geográficas que podem ser apropriadas e estudadas a partir dos parques ambientais. Temáticas como o bioma Cerrado e sua importância, procurando abordar a riqueza do Cerrado e a expansão urbana e a produção agrícola. Em aspectos mais pontuais, o que são corredores ecológicos e como, a partir dos parques, estes podem integrá-los. E, nessa perspectiva, diversas outras temáticas mais diretamente ligadas ao escopo das “questões ambientais”, mas, também como se procurou destacar ao longo do texto, buscando abranger de forma mais ampla, o viver na cidade.

Por fim, destacamos o quanto a pesquisa orientada por uma finalidade – no caso específico sobre o Parque Municipal Gávea, mas considerando-o como elemento pedagógico para estudantes do Ensino Médio – reconstrói nossa própria percepção da cidade, porque passamos a enxergá-la como um lugar de muitas possibilidades para o ensino, especialmente o de Geografia. O que, a nosso ver, só enriquece esse conteúdo, uma vez que permite ao estudante tornar concreto muitos dos processos abstratos aprendidos em sala de aula.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, J. C. Os condomínios horizontais fechados e a perspectiva de mobilidade urbana sustentável e inclusiva em Uberlândia-MG. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15991/1/CondominiosHorizontaisFechados.pdf>

f. Acesso em: 24 ago. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Parques municipais. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/meio-ambiente/parques-municipais/>. Acesso em: 6 set. 2024.

UBERLÂNDIA. Prefeitura; GÁVEA EMPREENDIMENTOS. Termo de cooperação mútua que entre si celebram o município de Uberlândia e a empresa Gávea Empreendimentos. Uberlândia, 2004.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Parque urbano. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/parque-urbano>. Acesso em: 8 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Projetos, Contratos e Convênios. Termo de cooperação técnica. Disponível em: <https://contratos.ufsc.br/termo-de-cooperacao-tecnica/>. Acesso em: 8 set. 2024.

KLINK, C.; MACHADO, R. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, v. 1, p. 147-155, jul. 2005. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Cerrado_conservacao.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Entenda quais são as funções sociais e ambientais promovidas pelos parques urbanos. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/w/noticia/entenda-quais-sao-as-funcoes-sociais-e-ambientais-promovidas-pelos-parques-urbanos>. Acesso em: 4 out. 2024.

SANTOS, Talita Batista dos; NASCIMENTO, Ana Paula Branco do; REGIS, Milena de Moura. Áreas verdes e qualidade de vida: uso e percepção ambiental de um parque urbano na cidade de São Paulo, Brasil. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 8, n. 2, p. 363-388, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/geas.v8i2.1316>. Acesso em: 4 out. 2024.

IBERDROLA. Parques urbanos: quais são e por que são importantes para as cidades? Disponível em: <https://www.iberdrola.com/sustabilidade/parque-urbano>. Acesso em: 4 out. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Qual o primeiro parque urbano do Brasil? 2017. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/2017/05/qual-o-primeiro-parque-urbano-do-brasil/>. Acesso em: 4 out. 2024.

PARQUE DO IBIRAPUERA. Parque do Ibirapuera. Disponível em: <https://www.parquedoibirapuera.org/>. Acesso em: 4 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Projetos, Contratos e Convênios. Diferença entre instrumentos celebrados. Disponível em: <https://contratos.ufsc.br/diferenca-entre-instrumentos-celebrados/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

SATO, Michèle. Educação ambiental nos parques: aprendendo com a natureza. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 123-140. Disponível em: <https://feismo.com/doc-viewer-v2>. Acesso em: 2 fev. 2025.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. et al. Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação. Rio de Janeiro: IBAMA, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/arquivos/educacaoambiental/educacaoambientalegustaoparticipativaemunidadesdeconservacao.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2025.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>. Acesso em: 2 fev. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. Fichas de disciplinas: Currículo versão 2019.1. Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://igesc.ufu.br/graduacao/geografia-campi-uberlandia/fichas-de-disciplinas/curriculo-versao-20191>. Acesso em: 9 mar. 2025.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100004> Acesso em: 9 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 9 mar. 2025.

LEITE DOS SANTOS, A. F.; DOS SANTOS BURITI, M. M. IMPORTÂNCIA DA AULA DE CAMPO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA. Revista GeoUECE, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 181-194, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.59040/GEOUECE.2317-028X.v9.n16.181-194>. Acesso em: 13 maio. 2025.